

RA 203.365/2019



TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

**Demonstrações financeiras referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2016
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

**Demonstrações financeiras referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2016
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas Contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas Contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia não contabilizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita de remuneração do ativo financeiro (concessão), calculada com base na taxa que representa melhor o componente financeiro do negócio, e respectivos impostos IRPJ, CSSL, PIS e a COFINS. Os cálculos da receita de remuneração e dos respectivos impostos diferidos, geraram um impacto não contabilizado de R\$ 134 mil no ativo contratual da concessão, R\$ 27 mil em obrigações tributárias e R\$ 107 no resultado do exercício, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>2016</u>	<u>Impacto Resultado</u>
Ativo Contratual de Concessão	134	134
Impostos e Contribuições Diferidas	(27)	(27)
	<u>107</u>	<u>107</u>

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Eventos Subsequentes

O assunto tratado na seção “Base para opinião com ressalva”, foi regularizado no exercício de 2019, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23 “Eventos Subsequentes”.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas Contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas Contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas Contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de outubro de 2019.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4
Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2
Despesas antecipadas	5	<u>638</u>
		640
Ativo não circulante		
Cauções e depósitos judiciais	6	5
Ativo financeiro da concessão	7	<u>319</u>
		324
Total do ativo		<u><u>964</u></u>
Passivo		
Passivo circulante		
Obrigações sociais e trabalhistas	8	36
Obrigações tributárias	9	5
Partes relacionadas	10	<u>1.114</u>
		1.155
Patrimônio líquido	11	
Capital social		100
Prejuízo do exercício		<u>(291)</u>
		(191)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>964</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstração de Resultado do Exercício
Em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>
(Despesas)/receitas operacionais		
Gerais e administrativas	12	<u>(290)</u>
		(290)
Resultado operacional		<u>(290)</u>
Resultado financeiro, líquido		
Despesas financeiras	13	<u>(1)</u>
		(1)
Prejuízo do exercício		<u><u>(291)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	<u>(291)</u>
Prejuízo do exercício	<u><u>(291)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição do capital	100	-	100
Prejuízo do exercício	-	(291)	(291)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u><u>100</u></u>	<u><u>(291)</u></u>	<u><u>(191)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(291)
	<u>(291)</u>
Aumento/(diminuição) nos ativos	
Ativo financeiro da concessão	(319)
Impostos a recuperar	
Despesas antecipadas	(638)
Cauções e depósitos judiciais	(6)
Outros créditos	-
	<u>(963)</u>
Aumento/(diminuição) nos passivos	
Partes relacionadas	1.115
Obrigações sociais e trabalhistas	36
Obrigações tributárias	5
	<u>1.156</u>
Aumento/(diminuição) de capital	<u>(98)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Ativo financeiro da concessão	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Aumento (redução) de capital	100
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	<u>100</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2</u></u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício	2
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.1. Da concessão

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016 - ANEEL, datado de 27 de junho de 2016, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão N° 13/2015 ANEEL, processo N°48500.003580/2015-77 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações. Outorgou à Companhia, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV, circuito simples, com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão de Concessão.

A Campitiba deverá disponibilizar as instalações de transmissão para início das operações em 27 de junho de 2021, conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de R\$ 91.795.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$17.329.867 (valor original) ao ano na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de julho de 2021.

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas pela Diretoria em 25 de outubro de 2019.

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Mobiliários - CVM.

A Companhia também segue as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e também das normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações financeiras, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.2. Base de preparação

As informações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão - contratual - O ativo financeiro origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo financeiro equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o

referido montante seja recebido. O valor do ativo financeiro das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido as imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7. Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente serão calculados com base no regime do lucro presumido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente.

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Atualmente, como a Companhia encontra-se em fase de construção possui em seus registros apenas a receita de construção, a qual se refere aos Serviços de implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e de atualização do ativo financeiro.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo financeiro e de construção)

- **Receita de infraestrutura**

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

- **Remuneração dos ativos de concessão**

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente financeiro do ativo financeiro, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela

média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	<u>2</u>
	<u><u>2</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em dezembro de 2016, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, foram prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estavam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, os fundos de renda fixa remunerados a taxas de 101% do certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em 2016, o montante refere-se a uma aplicação automática.

5. Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2016</u>
Despesas antecipadas	<u>638</u>
	<u><u>638</u></u>

Destina-se a registrar as despesas pagas antecipadamente como seguro Garantia. A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, decorrente do Leilão para garantia de fiel cumprimento.

6. Cauções e depósitos judiciais

	<u>31/12/2016</u>
Cauções e depósitos judiciais	<u>5</u>
	<u><u>5</u></u>

Os depósitos efetuados pela Companhia, representam o valor depositado no decorrer de um processo, antes da decisão final. Seu objetivo é

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

garantir que, caso a condenação realmente ocorra, a sentença seja cumprida.

7. Ativo financeiro da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2016:

Saldo em 31/12/2015	Adição (b)	Transf. e baixas (c)	Saldo em 31/12/2016
-	319	-	319
-	319		
Circulante	-		
Não circulante	319		

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2016</u>
Salários e ordenados	16
Férias e encargos	11
IRRF empregados a recolher	9
	<u><u>36</u></u>

9. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2016</u>
Retenções federais de fornecedores	5
	<u><u>5</u></u>

10. Partes relacionadas

	<u>31/12/2016</u>
F3C	1.114
	<u><u>1.114</u></u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social:

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 100.000, sendo 100.000 ações conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016		% do capital social
	Quantidade de ações	R\$	
F3C Empreendimentos e Participações S.A.	99	99	99,00%
Arcanjo Gonzalez	1	1	1,00%
	100	100	100,00%

12. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	31/12/2016		
	Custo	Despesa	Total
Pessoal	-	(117)	(117)
Serviços de terceiros	-	(99)	(99)
Seguros	-	(60)	(60)
Arrendamentos e aluguéis	-	(14)	(14)
	-	(290)	(290)

13. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2016
Despesas Financeiras	
Outras despesas financeiras	(1)
	(1)

14. Seguros

DESCRIÇÃO DA GARANTIA	
Seguradora:	Tóquio Marine Seguradora S.A.
Apólice:	Nº 061902016820707750006599
Tipo:	Seguro Garantia
Valor Segurado	R\$ 8.083.600,00
Valor Prêmio	R\$ 697.625,75
Período de vigência	23/03/2016 a 24/03/2022

15. Eventos subsequentes

14.1 Receita de atualização do ativo contratual

Com a adoção do CPC 47, o contrato de concessão passou a ser registrado como ativo contratual. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa de juros utilizada, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A seguir demonstraremos o efeito da atualização contratual, no exercício de 2016:

	<u>2016</u>	
Receita		
Remuneração do Ativo contratual	12	
Receita de construção	<u>122</u>	
	<u>134</u>	(a)

- (a) O efeito da atualização referente aos exercícios de 2016 foi ajustado no saldo inicial de 2019, na rubrica de “Lucros Acumulados” no Patrimônio Líquido.

14.2 Tributos diferidos

	<u>2016</u>	
Impostos e contribuições		
IRPJ diferido	5	
CSLL diferido	5	
Pis diferido	3	
Cofins diferido	<u>14</u>	
	<u>27</u>	(b)

Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O efeito dos cálculos referente ao exercício de 2016 foi registrado no saldo inicial de 2019, na rubrica “Lucros Acumulados”. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.

- (b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência. O efeito dos cálculos referente ao exercício de 2016 foi registrado no saldo inicial de 2019, na rubrica “Lucros Acumulados”. São oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.

14.3 Constituição do AFAC

No dia 31 de agosto de 2019, foi decidido em assembleia geral extraordinária que o saldo a pagar para as Partes Relacionadas, seria integralmente transferido para o AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), naquela data o saldo de Partes Relacionadas totalizava o montante de R\$ 20.531, distribuído nos exercícios da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	5.920
2018	9.755
2017	3.742
2017	1.114
Total	<u><u>20.531</u></u>

No dia 13 de setembro de 2019 foi realizado assembleia geral extraordinária, a qual determinou a integralização do AFAC.